

Contra os anúncios do governo e dos propagandistas da situação, nem 2012 será o fim da crise, nem 2013 o início da “retoma”. Quem duvidasse das vozes oficiais, já o sabia; mas agora são os próprios a dizê-lo.

O Banco de Portugal prevê uma profunda recessão e desemprego recorde, confirmando o caminho sem retorno do capitalismo português numa Europa em declínio e sugerindo os meios do costume: mais “austeridade”. O governo admite que o défice teima em não baixar e, pelo processo da “fuga de informações”, sonda a reacção da opinião pública a novas penalizações sobre o trabalho. Grandes patrões que pregavam as virtudes da poupança e acusavam os assalariados de serem gastadores inveterados, falam agora em rever as condições negociadas com a *troika*, duvidam que o país permaneça no euro e tratam de colocar os seus capitais a salvo. Neste ambiente de catástrofe, os apaniguados do poder correm para a manjedoura das grandes empresas públicas e privadas, para enriquecerem depressa e alisarem o caminho a mais privatizações de bens públicos.

À margem dos intermináveis debates supostamente “políticos”, o dia a dia dos trabalhadores torna-se um inferno, mantido sob silêncio. Soares da Costa, Salvador Caetano, Cerâmica Valadares, empresas portuárias e de transportes são apenas alguns exemplos recentes de despedimentos em massa e de salários em atraso. Não é só empobrecimento: é a miséria.

O capital desencadeou uma guerra de classe contra os assalariados. Isto exige dos assalariados nada menos do que uma guerra de classe contra o capital. O movimento laboral, com destaque para o movimento sindical, precisa de uma resistência acrescida, em número de lutas e em dureza – ao nível das medidas de terror que desabam sobre os trabalhadores. Só o medo das consequências pode fazer recuar os patrões.

Crise do capitalismo agrava-se

Um túnel sem fundo e sem luz

No rescaldo da greve geral. Que rumo para a luta sindical na resposta à ofensiva capitalista? *pág. 3 e centrais*

Extorquir quem trabalha e pôr o capital a salvo *pág. 4*

Redescobrimo a luta de classes *pág. 5*

Aumenta a pobreza também nos EUA. Marx tinha razão *pág. 11*

Cresce a vaga de lutas. CGTP convoca manifestação nacional para 11 de Fevereiro *pág. 12*

Um bobo no Ministério da Economia

No quadro do debate do Orçamento de Estado para 2012, Álvaro dos Santos Pereira declarou na Assembleia da República, como as televisões, rádios e jornais do regime amplamente confirmaram, que “2012 irá certamente marcar o fim da crise. Será o ano da retoma para o crescimento gradual em 2013 e 2014”.

Fez esta afirmação apesar de terem sido conhecidas, uma semana antes, as projecções da Comissão Europeia para a economia portuguesa, que indicam uma recessão de 3 por cento e uma taxa de desemprego de 13,6 por cento, em 2012. Quatro horas depois, o ministro recuava, afirmando: “Não anunciei o fim da crise. O que disse é que 2012 será o princípio do fim da crise”.

Já em Outubro de 2006, um dos antecessores de Álvaro Santos Pereira no Ministério da Economia, Manuel Pinho, também ficou célebre ao observar um “ponto de viragem” na situação económica portuguesa, afirmando que a crise acabara. Afinal, parece que alguns doutos professores de economia muito especulam e pouco percebem da dita ciência.

Desde que tomou posse como ministro, Santos Pereira, para além dos sorrisos alarves, habituou-nos a um conjunto de “verdades” afirmadas num dia e desditas nas semanas ou dias seguintes. Por exemplo, há seis meses, também insistia na adopção de uma medida drástica como o corte de 10 a 15% na TSU (taxa social única), para tornar a economia portuguesa mais competitiva. Hoje, na ausência de dinheiro para fazer face à correspondente diminuição de receitas, tal medida deixou de ser fundamental. Pretende,



então, substituí-la pela obrigação dos assalariados darem mais meia hora de trabalho diário grátis ao patronato, assim como perderem quatro feriados anuais. E, agora, com as novas pressões da *troika*, (esta também quer cortar nos salários do sector privado) certamente que o ministro da Economia se esforçará por encontrar outras regras que mais atingirão quem trabalha.

Para justificar a aplicação das gravosas medidas anti-trabalhadores encomendadas pelo patronato, Santos Pereira afirmou no Parlamento que não se trata de uma questão classista, pois “somos menos competitivos na atracção do investimento estrangeiro e de nada vale alegar que há especificidades na nossa legislação. Chega de remar contra a maré”. E, pelo meio, o ministro ainda arranjou tempo para mandar umas bocas sobre Cuba e a União Soviética. Também um seu secretário de Estado – o professor de Economia Pedro Martins –

declarava, em expressão alvar e referindo-se à “impossibilidade” de aumentar o salário mínimo, que em termos relativos o salário mínimo “não é realmente baixo” em Portugal. “Não é baixo nem alto”, asseverou. Mais, o mesmo secretário veio ainda afirmar que é preciso liberalizar os despedimentos individuais no sector privado e, acima de tudo, acabar com a “regra” que protege os trabalhadores mais antigos sempre que ocorrem processos de rescisão por extinção do posto de trabalho. Que safardana!

Apesar de algumas ridículas declarações e anedóticos comportamentos de Álvaro dos Santos Pereira e de alguns dos seus secretários de estado, tal não pode levar a que nos deixemos distrair das malfeitorias que eles continuam a engendrar contra os trabalhadores e o povo, nomeadamente no campo dos transportes públicos e do trabalho. Para esta gente pouco valem as promessas eleitorais, as afirmações peremptórias, a sensibilidade social ou as próprias leis vigentes, nomeadamente a Constituição e o Código do Trabalho. Para eles as pessoas são números, são mercadoria. Para eles vale tudo, desde que consigam levar a água ao moinho dos seus mandantes. Mas a necessária e sistemática denúncia da actividade destes homens de mão do capital pouco interessa se reduzida a uma actividade diletante. Essa denúncia só será coerente e realmente eficaz se for interligada/acompanhada de uma luta enérgica dos assalariados pela sua organização enquanto classe e pela emancipação de todos os explorados e oprimidos.
Pedro Goulart

Mentalização

O Banco de Portugal prevê para 2012-2013 forte queda da produção (mais de 3%), desemprego recorde (mais 116 mil despedidos) e quebra sem precedentes do rendimento das famílias (mais de 10%). Em cima deste anúncio de desastre, afirma que há forte probabilidade de tudo ser ainda pior. Mais do que uma previsão, as revelações do BdP são uma espécie de serviço combinado com o governo para ir mentalizando as vítimas do costume.

Regresso tardio

Regresso ao mar, à agricultura e à indústria, defende o Presidente da República e ex-primeiro-ministro que então permitiu a sua destruição a troco de muitos mil milhões. Onde está o rasto do dinheiro vindo da União Europeia que se eclipsou, desbaratado pelos correlegionários de Cavaco Silva, e que a *troika* quer fazer pagar aos portugueses que vivem abaixo das suas necessidades? **FB**

Grito de revolta

O debate sobre o Orçamento do Estado para 2012 mostrou que o povo não vive acima das suas possibilidades mas abaixo das suas necessidades. Portugal vai empobrecer brutalmente com a política da partidocracia PSD/CDS/PS que nos quer obrigar a pagar uma dívida que não devemos. “Não pagamos” deve ser o nosso grito de revolta. Sempre que a tenebrosa *troika* diz que o governo está a cumprir o seu programa de “apoio” para pagarmos uma dívida que não contraímos, é um péssimo sinal. Quer dizer que vamos continuar a ser roubados por muitos e largos anos. **FB**

FICHA TÉCNICA

Redacção Cristina Meneses, Manuel Raposo, Pedro Goulart

Colaboradores António Louçã, Carlos Completo, Carlos Simões, François Pechereau, Manuel Vaz, Rita Moura, Urbano de Campos

Site David Raposo

Contactos

Apartado 50093 S. João de Brito 1702-001 Lisboa
jornalmudardevida@gmail.com
www.jornalmudardevida.net

ASSINATURAS

10 números / Donativo mínimo: 15€ Apoio: o mais possível

Como fazer uma assinatura:

No site www.jornalmudardevida.net (>Assinaturas): indique nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e transfira o seu contributo numa caixa Multibanco (seleccionando “Outras Operações” e “Transferências”), para o NIB 0007 0000 00682481622 23. Envie-nos um e-mail a comunicar a transferência.

Por correio: envie nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e junte um cheque traçado, ao portador.

No rescaldo da greve geral

“Controlar” ou impulsionar o protesto social? Os sindicatos devem recusar o papel de “válvulas de escape” que patrões e governo deles reclamam

O foco dos comentários sobre a greve geral de 24 de Novembro incidiu sobre a pequena desordem nas escadas da Assembleia da República e a pancadaria que agentes policiais à paisana deram em manifestantes isolados. Esta violência é um sinal do que o poder é capaz de fazer para se defender dos protestos sociais e merece ser vista a essa luz. Mas mais importante que esses episódios foi o colete de forças em que os diversos representantes do poder tentaram meter os acontecimentos, antes e depois do dia 24, no sentido de encaixar a greve geral nos limites que eles acham aceitáveis quer para o movimento sindical quer para o protesto social em geral.



popular e deriva, antes de mais, da violência exercida pelo poder. O que está em causa, no actual estado de coisas, é apelar a todos os trabalhadores para que não receiem enfrentar o poder – o poder dos patrões, do capital, do Estado. Importa dizer que a luta pelos direitos dos trabalhadores implica infringir os limites determinados pela ordem reinante. Aliás, como bem temos visto, é essa própria ordem a primeira a violar a lei e a derrogar direitos sempre que os seus interesses estão em causa.

Violência, em primeiro lugar, é a fome, o despedimento, a falta de saúde e de casa, bens de primeira necessidade mais caros e salários mais baixos, a par de fortunas colossais nas mãos de capitalistas e gestores do capital. Pôr em causa esta violência – que é permanente, por ser constitutiva da sociedade em que vivemos – implica atacar os fundamentos do sistema

capitalista e da ordem por ele estabelecida.

É isto que a CIP, o MAI e os soaristas de todos os quilates pedem aos sindicatos que não façam. Aos trabalhadores, e aos dirigentes sindicais que verdadeiramente os querem defender, cabe rejeitar esse papel de controlo social – os legítimos direitos dos trabalhadores são para defender até à última com todas as consequências. Não é isso, de resto, que fazem os capitalistas com os seus próprios interesses?

O movimento sindical não pode permanecer em silêncio diante destes conselhos de controlo social vindos do capital – deveria responder-lhes vincando bem que o seu papel não é o de “válvula de escape” da indignação, mas sim o de impulsionar a luta social ditada pelas violências diárias a que os trabalhadores estão sujeitos.

Urbano de Campos

Logo no dia 25, o ministro da Administração Interna, ao mesmo tempo que dava apoio sem reservas à acção da polícia, elogiava o “comportamento ordeiro” da maioria dos grevistas e dos manifestantes que desfilaram em Lisboa.

Dias antes da greve, o presidente da CIP, em entrevista à SIC, dava o seu parecer positivo ao papel dos sindicatos – não tanto pelo seu papel reivindicativo, mas porque, dizia António Saraiva, seria pior se as greves e os protestos acontecessem sem aviso e sem controlo. Para o representante dos patrões, os sindicatos têm o papel, como ele mesmo disse, de “válvulas de escape”.

Dois dias depois da greve, na TSF, o comentador político Pedro Adão e Silva, ex-dirigente do PS, criticava o governo por não atender nos sinais dados pela greve geral e dizia: “Se não se der alguma coisa ao movimento sindical, o movimento sindical perde a capacidade de representar o descontentamento social”. E para que todos percebessem o que entende por “representar o descontentamento social”, Adão e Silva propunha ao governo que fizesse um acordo com a UGT a fim de “não empurrar a UGT para os braços da CGTP e para a rua”.

(Esta posição de Adão e Silva, que foi subscritor do manifesto

encabeçado por Mário Soares e divulgado na véspera da greve geral, tem além do mais a vantagem de mostrar o oportunismo grosseiro da corte de Soares. Diante da previsão de que a greve seria importante e, mais do que isso, de que os protestos de massas tendem a crescer, Soares e companhia, ao bom estilo do verão de 75, adiantam-se para tentar lavar a cara do PS e o recolocarem em posição de influenciar o movimento de protesto – da única maneira que a “esquerda democrática” sabe fazer: dividindo-o e dando-lhe uma feição “respeitável”. O que os faz assumir agora, depois de seis anos de socratismo em que não se ouviram, o papel de defensores da “multidão de aflitos e indignados” é apenas o receio de que o movimento social tome o freio nos dentes. Mas o “novo paradigma” que os move não passa de uma frase vazia.)

Combater estas posições não significa fazer apelo a actos de violência inconsistente, ou ficar refém de “minorias”, como querem fazer crer os publicistas do poder e a esquerda que teme a “desordem”. Nem que seja pelo facto de a violência de massas não se poder decretar e não decorrer de acções “exemplares”.

A violência de massas, seja ela qual for, só pode ser determinada pela disposição e pelo grau de combatividade do movimento

Extorquir quem trabalha e pôr o capital a salvo

Portucel, Mota-Engil, Sonae, Galp, Cimpor, Pingo Doce, Caixa Geral de Depósitos...

A Sociedade Francisco Manuel dos Santos, liderada por Alexandre Soares dos Santos e detentora maioritária do Grupo Jerónimo Martins (proprietário dos supermercados Pingo Doce), mudou para a Holanda a sua participação neste Grupo. Não o confessando publicamente, fê-lo, porque considera que na Holanda o Fisco lhe é mais favorável que em Portugal, pagando menos imposto sobre os dividendos das operações internacionais, evitando uma dupla tributação dos investimentos previstos na Colômbia e tendo menos incerteza quanto a eventuais alterações (previsão de um novo aumento de impostos?) da legislação portuguesa.

Esta operação de Alexandre Soares dos Santos traduziu-se na venda de mais de 350 milhões de acções do Grupo Jerónimo Martins, num total de quase 4.600 milhões de euros, transferindo para a Holanda um valor que representa quase o dobro daquele entrado em Portugal através do investimento na EDP dos chineses da Three Gorges. Ainda recentemente, causava escândalo a decisão do banco estatal CGD (Caixa Geral dos Depósitos) de transferir as contas da sua sucursal na Zona Franca da Madeira (com a previsão do encerramento desta) para o paraíso fiscal das Ilhas Caimão. E a CGD, empresa do Estado, informava os clientes que na sua sucursal nestas ilhas as



condições contratuais iriam manter-se, nomeadamente as condições de movimentação, taxa de remuneração, isenção de tributação sobre os juros, comissões e despesas, assim como a data de vencimento. Como no grupo Jerónimo Martins, vários cidadãos clientes da CGD podem, assim, fugir aos impostos em Portugal.

Mas estes "truques" do capitalismo português (aliás, à semelhança do que acontece lá fora) não se reduzem apenas aos dois grupos económicos acima referidos. Portucel, Mota-Engil, Sonae, Galp, Cimpor, entre vários outros, já os haviam precedido na procura de paraísos fiscais. Nada de admirar. A fuga para os paraísos fiscais são, também, uma das formas de extorquir mais dinheiro em impostos aos

trabalhadores. A luta pelo máximo lucro e pela acumulação é uma lei intrínseca ao capitalismo. E, na actual fase do sistema, nada faz vacilar os detentores do poder económico e político. O patronato recorre a quaisquer meios para conseguir que sejam os trabalhadores a pagar a crise. A estes compete não lhes fazer a vontade.

Ao contrário dos numerosos "especialistas" de serviço aos média, que procuram explicar e acham estas fugas aos impostos (e tudo o que façam os capitalistas) como normal e racional, nós, e utilizando uma linguagem na moda, não hesitamos em afirmar que o *rating* do patriotismo e da ética desta gente (virtudes de que não raras vezes se reivindicam), se situa a nível lixo.

A justa indignação de quem trabalha (ou já trabalhou) e não pode fugir aos impostos, a revolta de quem é diariamente extorquido pelos capitalistas e o pelo seu estado, não pode ficar-se pelas palavras, pelas lamúrias. Só com uma forte organização sindical e política de classe e um combate determinado contra o capital e os seus lacaios, que vise o derrube do sistema económico e político vigente, assim como a erradicação de todas as formas de exploração e opressão, será possível eliminar a principal fonte de todos males que hoje atingem as classes trabalhadoras e o povo.

Pedro Goulart

Crimes na Saúde

Os cortes no Serviço Nacional de Saúde desde 2010 e, mais recentemente, os brutais cortes do ministro Paulo Macedo, têm criado situações desesperantes nos utentes destes Serviços. Aqui, os cortes nas "gorduras do estado" conduziram a fortes aumentos nas listas de espera para cirurgias e para consultas urgentes, assim como à diminuição dos transplantes efectuados. Nos próximos tempos, com os aumentos previstos nas "taxas moderadoras", verificar-se-á ainda um maior agravamento da situação. Quem será mais criminoso - o ladrão que dispara no assalto a uma ourivesaria ou o ministro que, friamente, no seu gabinete, decide cortar nos gastos com a saúde, pondo em risco a vida de milhares de utentes?

Despejos à vista

A nova lei do arrendamento, que a dinâmica ministra Assunção Cristas tirou da gaveta, veio acompanhada de vários argumentos: renovar as áreas urbanas degradadas e acabar com a "injustiça" dos inquilinos que não pagam ou pagam pouco. O fundo da questão é outro: trata-se de valorizar o capital fundiário que perdeu importância face aos investimentos na construção nova e no crescimento urbano. Com estes filões esgotados, procura-se agora fazer da propriedade urbana, nomeadamente da mais antiga, fonte de rendimento que valha a pena. Para isso há necessidade de despejar os inquilinos de baixos recursos, que nunca poderão pagar grandes rendas, libertando os edifícios para novas funções e novos arrendatários mais abonados. Na prática, vamos assistir a uma onda de despejos atingindo sobretudo as famílias mais pobres e os centros urbanos, mais valiosos.

Emergência social

O plano (tão cinicamente) chamado de Emergência Social não é para combater a pobreza mas sim para a institucionalizar através da caridade e do assistencialismo hipócrita. **FB**

Cristão e empresário

António Pinto Leite, presidente da Associação Cristã de Empresários e Gestores, e também conhecido romeiro (a pé) nas peregrinações a Fátima, afirmou que a legislação laboral deveria ser alterada para permitir às empresas baixarem salários, com mútuo acordo. "Afinal, é o que já se passa na realidade. A realidade ultrapassa as leis", sublinhou durante a Desconferência "O Fim da

Crise", recentemente realizada em Lisboa no Teatro São Luiz. Isto, para além de pedir ao governo que alargue o leque de motivos legais de despedimento. É mais um (neste caso, um devoto cristão) a aproveitar a maré de ataque aos direitos dos trabalhadores levada a cabo pela *troika* e pelos seus amigos do PSD/CDS.

Pedro Goulart

Otelo processado?

O Departamento de Investigação e Acção Penal abriu um inquérito a Otelo Saraiva de Carvalho, por este, a propósito de uma manifestação de militares, ter admitido a hipótese de um golpe militar, caso fossem "ultrapassados os limites, com perda de mais direitos". Este inquérito terá resultado de uma queixa apresentado por um "grupo de cidadãos". Certamente estrênuos defensores do actual governo PSD/CDS e saudosos do fascismo, que Otelo ajudou a derrubar. A resolução dos problemas de fundo das classes exploradas passa por uma revolução de massas e não por qualquer golpe de estado, mas estamos com Otelo contra qualquer tentativa de incriminá-lo.

Assalto ao quartel de Beja fez 50 anos

O Movimento Cívico Não Apaguem a Memória, evocou o 50.º aniversário do assalto ao quartel de Beja, acção ocorrida em 1 de Janeiro de 1962 e inserida num plano para o derrube do regime fascista. Numa sessão pública realizada em Lisboa, na Biblioteca Museu República e Resistência, em 14 de Janeiro, entrevistaram o coronel Matos Gomes e os historiadores António Louçã e Irene Pimentel. Estiveram ainda presentes alguns dos participantes naquela tentativa de golpe militar.

Corrida aos tachos

Uma corrida desenfreada aos tachos, é o que se está a passar com as nomeações para cargos dirigentes de empresas ainda públicas, com a Águas de Portugal, ou recém-privatizadas, como a EDP. Sem pudor nem disfarce, autarcas e figuras gradas do PSD e do CDS foram colocados à cabeça de uma e de outra. Estão em causa não apenas os altos vencimentos, mas também a preparação das privatizações que estão na calha. Estes homens de mão bem pagos vão dar início a "um novo ciclo", como disse a ministra Assunção Cristas. Quer dizer: entregar bens públicos ao capital privado nas melhores condições.

Redescobrimo a luta de classes

Os governantes que temos são os típicos charlatões que vendem gato por lebre e, no meio duma crise, impingem todas as suas medidas anti-populares como remédios milagrosos para sair do aperto. Cada vez que nos metem a mão no bolso dizem, com ar grave e solene, que tinha de ser, que as contas o provam, que "não havia margem".



A grande desculpa para "não haver margem" é, invariavelmente, o défice. E, na verdade, o roubo dos salários do sector público, iniciado sob Sócrates e prosseguido com ferocidade incomparável sob Passos Coelho, parece justificar-se para quem aceita como dogma absoluto a prioridade da redução do défice. Tal como parecem justificar-se do mesmo ponto de vista dogmático os aumentos de taxas moderadoras, de preços dos transportes ou de impostos sobre tudo e mais alguma coisa. E, com algum esforço, também poderiam ser relacionadas com o défice a limitação do período de subsídio de desemprego e as profecias terroristas de Passos Coelho sobre pensões de reforma reduzidas a metade dentro de dez anos.

Mas – o que tem a redução do

defíce a ver com tudo o resto? Em que é que o défice se torna mais pequeno por os trabalhadores do sector privado trabalharem gratuitamente para os seus patrões mais meia hora por dia? Ou mais quinze dias por ano? O que tem o défice a ver com o fim das majorações de férias por assiduidade ou com a abolição dos feriados? E o que tem o défice a ver com a redução das indemnizações por despedimento a um terço, ou menos, do seu valor anterior?

Roubar os trabalhadores para meter o produto do roubo no bolso do Estado, pode reduzir o défice. Mas roubá-los para meter o produto no bolso dos patrões, já não tem nada a ver. E, no entanto, o Governo não mente completamente quando amalgama todos esses roubos e a todos justifica com um só imperativo político. Porque o seu

imperativo político é esmagar a classe trabalhadora e impor-lhe um regime de autêntica escravatura.

A crise e o défice têm as costas largas. Mas, nos Estados Unidos, onde os nossos governantes aprenderam a sua charlatanice, fala-se uma linguagem mais franca. Assim, o bilionário Warren Buffett redescobriu a luta de classes, afirmando: "Há uma luta de classes, claro. Mas é a minha classe, a classe dos ricos, que está a fazê-la. E estamos a ganhar".

É verdade. A luta de classes não são apenas manifestações sindicais, piquetes de greve e barricadas. A luta de classes não é feita apenas pela classe trabalhadora, mas também pelo patronato e pelos seus governos. As barricadas desta gente são os seus *think tanks*, de inesgotável imaginação quando se trata de roubar salários, as suas secretarias, de uma eficiência para executar os roubos sempre agradecida no início de cada discurso, e, finalmente, as suas polícias quando o caso se torna mais sério.

Um Governo que paga sem pestanejar os buracos do BPN e da Madeira, mas que se lança avidamente sobre os "interesses instalados" de pensionistas com 300 euros mensais – é um governo da barricada patronal. Mas falta-lhe a visão mais complexa e realista dos seus gurus norte-americanos. É que o mesmo Warren Buffett, tão lúcido a reconhecer a "luta de classes dos ricos", também tem a cautela de propor o tal imposto sobre as grandes fortunas. Porque Buffett deve ter aprendido alguma coisa com a história e sabe que quem vai à guerra de classes, como a todas as guerras – dá e leva.

António Louçã

Que rumo para a luta sindical?

Os anúncios recentes do governo e do Banco de Portugal não enganam: a crise vai agravar-se e o poder vai querer que sejam de novo os trabalhadores a pagar os custos. Em cima do terror social já em marcha novos ataques estão a ser preparados. Ninguém duvidará de que a resistência dos trabalhadores, com destaque para o movimento sindical, precisa de juntar mais forças para poder travar a ofensiva. A questão que se coloca é a de saber como pode a luta alargar-se a um maior número de trabalhadores e ganhar a dureza necessária para fazer recuar o governo e os patrões.

Notas para uma crítica do sindicalismo

1. A globalização, de velas enfunadas pelos ventos de Chicago e a ajuda à navegação da esquerda, sobretudo da esquerda social-democrata, completamente rendida aos cantos de sereia do capitalismo liberal, esvaziou a capacidade de acção dos sindicatos, os quais, por via do trabalho precário (recibos verdes, contratos a um mês...) têm cada dia menos membros e, por conseguinte, menos influência na definição das políticas sociais.

2. Outra contribuição importante para a inoperacionalidade dos sindicatos é o facto de permanecerem prisioneiros de direcções partidárias incapazes de acertarem o passo com as exigências da actualidade e cuja estratégia se reduz à colecção de umas migalhas de poder.

3. Metidos em tal espartilho, não conseguem ir além de processos negociais maioritariamente condenados ao fracasso e de umas quantas manifestações/catarse, pondo-se demasiadas vezes na pele de polícias do capital e caminhando rapidamente para a redundância.

4. Portanto, ou mudam de estratégia ou desaparecem, sendo que, para aumentarem a sua utilidade e influência devem começar por encarar de frente as necessidades teóricas e práticas do movimento revolucionário dos nossos dias.

5. A primeira verdade que se torna necessário enfrentar é o facto de, no quadro do capitalismo, mais ou menos humanizado, o aumento do desemprego e o desmantelamento do estado social serem irreversíveis: há excesso de produção e a produtividade só já pode crescer pela redução do valor do trabalho incorporado nas mercadorias e pelo desemprego.

6. A segunda verdade, e ela explica em parte a ausência de estratégia dos partidos da

esquerda, é que a simples apropriação dos meios de produção e o controlo do aparelho do Estado não garantem a liberdade política nem a justiça social; e não são via para o comunismo.

7. A terceira verdade que importa enfrentar é a afirmação do carácter exclusivo do sistema dos partidos em qualquer das suas modalidades.

8. Uma quarta verdade é a assumpção de que o cerne da crítica do capitalismo não é a propaganda associada à demagogia do pleno emprego mas a crítica do trabalho abstracto, do valor e do feiticismo da mercadoria.

9. É possível a partir daqui iniciar o esboço das modalidades de acção de um sindicalismo revolucionário, o qual deverá favorecer duas vertentes fundamentais: a protecção dos trabalhadores empregados e a participação no lançamento das bases da organização política e económica do futuro.

10. A primeira destas vertentes terá um sindicalismo muito próximo do actual, agindo sobretudo na negociação das condições de exercício do trabalho por parte dos trabalhadores por conta de outrem; a segunda exige alterações importantes na actividade tradicional do sindicato, orientando-se para tarefas práticas de organização de unidades de distribuição dos bens disponíveis (inclusive do

poder) capazes de se constituírem em elementos de produção de uma força constituinte.

11. Isso implica a utilização das capacidades técnica e burocrática dos sindicatos na ajuda à organização, por parte dos desempregados e dos movimentos sociais, de redes de produção e distribuição autogeridas e colocadas fora da lógica do mercado capitalista, onde tudo deve ser reduzido à forma dinheiro.

12. Considerar as necessidades dos indivíduos enquanto consumidores (coisa comum a todos) e não enquanto produtores: organização da produção conforme a necessidade de consumo dos indivíduos e não a promoção do consumo por necessidade da produção.

13. Abandonar práticas centralistas, libertar-se do jugo dos partidos e aceitar formas de relação horizontais com todas as organizações do movimento social revolucionário.

14. A força posta na segunda vertente reforçará exponencialmente a capacidade de agir na primeira, garantindo maior eficácia em qualquer negociação.

15. Mesmo a capacidade de os trabalhadores assumirem uma batalha sabendo da existência de alternativas na retaguarda é seguramente superior.

16. Finalmente, gostaria que este texto não fosse visto como um manifesto acabado mas como ponto de partida para uma discussão alargada a todos, envolvendo as necessidades gerais de uma estratégia inclusiva, não dogmática e anti-autoritária.

António Poeiras



Por uma resposta de classe à ofensiva capitalista

É certo que a ofensiva capitalista não tem dado descanso aos trabalhadores e que, globalmente falando, as medidas que favorecem o patronato têm sido sucessivamente postas em prática. A resistência por parte dos trabalhadores, portanto, não tem sido suficiente para travar o ataque. Mas reconhecer isso não significa considerar inútil a resistência que tem sido movida nem declarar o óbito dos sindicatos. Pelo contrário, a reforço da luta dos trabalhadores implica reconhecer que tem sido ela, apesar de todas as fraquezas, a única a fazer frente, de forma continuada, aos ataques patronais. Longe de considerar ultrapassada a actividade sindical, acho que ela precisa de ser incrementada e renovada como luta de classe.

Concordo com António Poeiras quando ele refere, no artigo desta página, a necessidade de reabilitar a luta sindical e de lhe dar um sentido anticapitalista. Não estou de acordo, porém, com a desvalorização que faz das greves e manifestações realizadas nem com a proposta de fazer dos sindicatos uma espécie de estrutura paralela ao sistema económico encarregada de criar “redes de produção e distribuição autogeridas”.

Esta última ideia, para além de colocar em segundo plano a missão básica dos sindicatos – defender os interesses de classe dos trabalhadores contra a exploração – parece-me uma impossibilidade prática nos dias de hoje, num mundo em que o capitalismo domina em

absoluto todas as formas de produção e de distribuição. Numa época de capitalismo globalizado, as “ilhas socialistas” são, a meu ver, uma utopia.

Mas a minha contribuição para este debate aponta para outro lado. Acredito que para se entender o estado actual do movimento sindical e perceber as suas fraquezas tem de se ver o que mudou nas últimas décadas; e acredito também que a crise que hoje vivemos fornece bons argumentos para um sindicalismo combativo, de classe.

Socorro-me de um artigo, publicado no MV 22 (Março-Abril 2010), em que um sindicalista norueguês lança, quanto a mim, luz sobre a situação do movimento sindical europeu e sobre

a mudança de rumo a que precisa de proceder. Apoiado em algumas das ideias ali expostas digo o seguinte:

1. Os sindicatos europeus de hoje cresceram na base de um pacto de entendimento social que ganhou forma após a segunda grande guerra (e após o 25 de Abril, no caso português). Tal pacto traduzia a necessidade sentida pelas organizações patronais de acertar de forma negociada e pacífica o crescimento capitalista, concedendo para o efeito, através dos sindicatos, melhorias materiais e laborais aos trabalhadores. Nesses anos, o balanço de forças entre capital e trabalho era favorável ao trabalho. O crescimento capitalista, por um lado, e a força do movimento laboral, por outro, levaram a essa forma de equilíbrio social.

2. Esse pacto social funcionou até ao início dos anos de 1980. A crise capitalista que se desenvolveu a partir de meados da década de 1970, com ondas sucessivas, e sobretudo em 2007-2008, provocou uma mudança completa na atitude dos capitalistas de todo o mundo: o pacto foi rejeitado pelo capital; em vez de entendimento, o patronato adoptou a confrontação; em lugar de concessões, passou-se a uma política de corte nas regalias. Uma série de derrotas laborais e políticas inverteram

>>

Que rumo para a luta sindical?



<<

o balanço de forças capital-trabalho.

3. As melhorias conseguidas nos anos de entendimento deram crédito, entre os trabalhadores, à política de pacto social e à conduta dos sindicatos. Mas isso teve um preço: gerou-se a noção de que o clima de paz social seria eterno e que as conquistas seriam definitivas, deu-se uma acomodação aos interesses capitalistas, perdeu-se de vista a oposição de interesses de classe entre patrões e trabalhadores, a massa trabalhadora despolitizou-se, perdeu radicalismo e diminuiu da sua actividade sindical directa, e o movimento sindical burocratizou-se.

E, não menos importante, pouca ou nenhuma solidariedade internacional se desenvolveu entre os trabalhadores, para além da “diplomacia sindical” praticada nos fóruns internacionais – pecha esta especialmente grave hoje diante de um capital globalizado que actua praticamente sem fronteiras.

4. Perante a ofensiva capitalista, os sindicatos mantiveram-se agarrados à linha do pacto social e ao quadro de acção nacional. Procuraram defender as conquistas atacadas apelando sobretudo ao respeito pela lei. Mas, com uma relação de forças desfavorável, a sua acção mostrou-se impotente para defender mesmo os interesse imediatos (económicos, sociais, laborais) dos trabalhadores. E é por não se mostrarem eficazes na defesa desses direitos que, quanto a mim, os sindicatos são abandonados pelos trabalhadores. A des-sindicalização começa por ser, portanto, o resultado e não a

causa da perda de eficácia dos sindicatos.

5. Só quem está ligado à massa trabalhadora e participa dos seus problemas diários pode encontrar os caminhos concretos para a mobilizar no sentido de revigorar a luta colectiva. Qualquer tentativa de abordar o problema de modo doutrinário está condenada ao fracasso, uma vez que sem defender os interesses imediatos dos trabalhadores nenhuma organização sindical se consegue fazer acreditar. Mas, também, toda a prática sindical que se limite ao imediatamente possível e faça da cedência constante a sua linha de conduta não só levará o movimento laboral a uma sucessão de fracassos, como será incapaz de acumular as forças necessárias para inverter a situação presente.

6. Para onde deve, então, ser orientada a acção dos sindicatos de modo a superar estas fraquezas? A meu ver, é a própria crise de hoje que evidencia os factores que podem conduzir a luta de classe dos trabalhadores por outros caminhos.

- **A crise não é meramente financeira** nem “económica”, é uma crise do sistema capitalista que afecta sobretudo os principais centros de acumulação mundial de riqueza: os EUA, a Europa e o Japão. O capitalismo entrou numa fase senil: todos os seus valores e instituições (morais, políticos, culturais, sociais) estão em crise. Não é, pois, por uma simples operação de renovação “económica” (que ninguém, aliás, sabe apontar) que o sistema se reabilitará.

- **Nas últimas décadas**, as principais potências têm oscilado entre a estagnação e o declínio. A quebra de postos de trabalho é constante e qualquer vislumbre de recuperação implicará sempre mais desemprego. Ao contrário do que é repetidamente dito, o sistema capitalista no seu conjunto padece de um excesso de produtividade, e regurgita por isso de bens invendáveis. A única maneira que ele tem de responder ao problema é destruir bens e meios de produção – e o trabalho vivo é o primeiro a ser sacrificado.

É, portanto, uma falácia afirmar que o emprego vai recuperar para os níveis anteriores no caso de uma hipotética retoma económica.

- **Um novo compromisso social**, à imagem daquele que acima referimos, não é hoje possível porque não há condições materiais nem políticas para o sustentar (não falando já dos efeitos negativos que, como vimos, teve sobre a consciência de classe da massa trabalhadora). O Estado revela-se plenamente como um administrador dos interesses do

capital e um instrumento de esbulho dos trabalhadores. É, portanto, obrigatório fazer ver aos trabalhadores que não devem alimentar nenhuma esperança no capitalismo ou nas suas instituições decadentes.

- **As conquistas recentes** dos trabalhadores portugueses estão a ser anuladas uma após outra, por um conluio entre o capital nacional e internacional. A defesa das que ainda restam não pode ser descurada, mas só pode ter êxito se for associada a propostas de luta anticapitalistas, que procurem empurrar os custos da crise para cima do capital. O capital que pague a crise, é uma ideia que deve nortear a luta de resistência.

- **A classe operária é a primeira vítima** da presente crise e a mais penalizada. Apesar disso, as principais lamentações lançadas para a opinião pública falam sobretudo dos sacrifícios (também inegáveis) das chamadas classes médias. Não é inocente. Um movimento popular de resposta à ofensiva capitalista não poderá ter sucesso enquanto não tiver à cabeça a classe operária, aliada aos sectores mais pobres e mais explorados, de que os imigrantes são uma parcela importante. Mobilizar contra o patronato os sectores mais combativos destes trabalhadores, criar focos de resistência nas empresas, são pedras de toque de um sindicalismo norteado pela luta de classe.

- **A ofensiva capitalista** desencadeada a coberto da crise tem de ser olhada de frente: como uma guerra de classe movida pela burguesia. Hoje nenhum assalariado se sente seguro quanto ao seu posto de trabalho e aos seus direitos. Contra isto, só servem respostas baseadas nos interesses de classe dos trabalhadores. O preconceito ideológico de que cabe aos trabalhadores compartilhar nos custos da crise do capitalismo, como se houvesse interesses “nacionais” comuns a patrões e a trabalhadores, apenas contribui para enfraquecer a resposta que é preciso dar à ofensiva. Há que avivar o antagonismo entre o trabalho e o capital – colocando à cabeça reivindicações de classe, apontando exigências que firam o capital.

- **Para inverter o balanço** hoje desfavorável aos trabalhadores é preciso seguir uma via de acumulação de forças: reforçando as organizações sindicais com uma maior participação das bases; desenvolvendo contactos e acções de apoio mútuo entre trabalhadores de diversos países, a começar pelos trabalhadores espanhóis; alargando as acções de rua às novas forças, nomeadamente jovens, que se incorporam na luta de massas.

Urbano de Campos

A Maçonaria, hoje

O forte alarido surgido nos últimos dias sobre a Maçonaria corresponde apenas à espuma que circula à superfície de uma guerra de profundidade entre grupos económicos, em articulação com a grande onda de crise que varre hoje o capitalismo. As questões de fundo, a colocação em causa do próprio sistema, não estão em debate nos media. Não é para isso que os patrões pagam aos jornalistas e aos analistas de serviço.

Longe vão os tempos de alguns valores que enformavam e dos riscos que corriam muitos dos que pertenciam à Maçonaria.

Actualmente, na Maçonaria, como na Opus Dei, no grupo Bildeberg, na Trilateral, como em outros clubes do género, o que essencialmente está em causa é a defesa do capitalismo, de diversos grupos económicos ou dos interesses de um conjunto de "irmãos". Ai se acoitam muitos – basta ver os nomes e os interesses que defendem - dos mais encarniçados inimigos das classes trabalhadoras.

O papel da loja Mozart, envolvendo gente da Ongoing, dos Serviços Secretos e do PSD (os do PS andam por outras lojas), em guerra feroz contra a Impresa, de Pinto Balsemão, e amplamente divulgado a partir de informações vindas a lume no Expresso, do próprio Balsemão, tornou-se, entre nós, no mais badalado caso da Maçonaria nos últimos tempos. Quem conheça os meandros destas Lojas, assim como a identidade de alguns dos seus membros, sabe como muita da gente que por lá anda não se move por outros valores que não sejam os da defesa dos seus interesses pessoais ou de grupo. Mas não nos deixemos distrair dos problemas essenciais. Sendo importante que venham a lume este tipo de informações e se denunciem as relações de interesses subjacentes, há, contudo, que dar-lhes apenas o valor que realmente têm – serem geralmente guerras no interior do sistema, com vista ao domínio do poder económico e político.

Carlos Completo

Ministro das polícias meteu os pés pelas mãos

Geralmente os ministros das polícias dizem desconhecer os abusos e crimes praticados pelos seus subordinados e procuram fazer-se passar por cidadãos éticos e democratas. Mas a crescente degradação da situação económica e social das classes trabalhadoras não vai facilitar a tarefa de branqueamento ao actual Ministro da Administração Interna.



Miguel Macedo, que já anteriormente, em entrevista a José Rodrigues dos Santos na RTP, elogiara a actuação da PSP no dia da greve geral de 24 de Novembro, considerando-a "competente e contida", veio depois à TVI 24, após o escândalo dos infiltrados e provocadores, procurar dourar a pílula em relação ao comportamento policial.

Entrevistado por Paulo Magalhães e confrontado com anteriores declarações da PSP, disse:

Paulo Magalhães: Então a polícia, o comandante da PSP, falou cedo demais quando falou no tal cidadão alemão procurado

pela Interpol, que aparentemente foi libertado no dia seguinte?

Miguel Macedo: Esse, esse, essa situação vem relatada, nesse, nesse, nessa discriminação dos factos que terão ocorrido nesse dia.

Paulo Magalhães: Então falou cedo demais o relações públicas da PSP?

Miguel Macedo: Não. Nas informações que eu tenho não posso considerar isso.

Paulo Magalhães: Isto aparentemente não corresponde à verdade. Este tal cidadão alemão não é procurado pela Interpol.

Miguel Macedo: Sim, mas julgo que ninguém disse que era procurado pela Interpol.

Paulo Magalhães: Foi dito logo a seguir pela...

Miguel Macedo: Não julgo que... não sei exactamente qual é a declaração, mas quero dizer que não é essa a referência que eu tenho.

Miguel Macedo mentiu, meteu os pés pelas mãos, mas seguiu em frente. E prosseguiu teimosamente a sua cruzada em defesa da vídeo-vigilância, com uma imposição legislativa que atribui ao ministro da Administração Interna o poder absoluto de decidir sobre a instalação e adequação destes sistemas de vigilância em espaços públicos, eliminando, assim, alguns incómodos pareceres vinculativos da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd). Decisão tomada, contra os pareceres da Ordem dos Advogados, do Conselho Superior do Ministério Público e da própria CNPD, que consideram a nova legislação violadora dos direitos fundamentais consagrados na Constituição.

Mais, o mesmo governo que diz querer um Estado pequeno, reduzido nas suas funções, menos gastador, que corta nas "gorduras" em vários sectores do Estado, nomeadamente na saúde, no ensino e na segurança social, liberta, entretanto, pelas mãos de Miguel Macedo e Vítor Gaspar, as suas "forças de segurança" dos respectivos cortes no OE para 2012. Por aqui também se pode ver a defesa intransigente dos seus interesses de classe, a hipocrisia e a canalhice dos governantes, pois enquanto se diz não haver dinheiro para sectores essenciais à vida de quem é explorado, o dinheiro logo aparece quando se trata de proteger os patrões e as classes dirigentes. Pois eles sabem bem que o aparelho repressivo do Estado é essencial à manutenção da (sua) ordem capitalista vigente.

Carlos Completo

A arte da guerra

O negócio armado na Líbia

Concluída a Operação Protector Unificado – mesmo se a NATO «continua a vigiar a situação, pronta para ajudar em caso de necessidade» – foi aberta na Líbia a corrida ao ouro entre as empresas ocidentais, incluindo as mais pequenas. Estas posicionam-se ao lado das poderosas companhias petrolíferas e bancos de investimento dos Estados Unidos da América e da Europa, que já ocuparam posições-chave.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros Italiano comprometeu-se a «facilitar a participação das pequenas e médias empresas Italianas na construção da Líbia liberta». Em Trípoli já se encontrava uma delegação de 80 empresas francesas e o ministro da Defesa do Reino Unido, Philip Hammond, tinha solicitado as empresas britânicas «a fazer as malas» e correr para a Líbia.

Estão em vista grandes negócios depois da NATO ter destruído o estado Líbio. Existe também o cofre aberto sobre o qual há que ter mão: pelo menos 170 biliões de dólares de fundos soberanos «congelados», aos quais se acrescentam as entradas da exportação petrolífera, que podem ascender a 30 biliões anuais.

Mas há um problema: o clima de tensão torna perigosas as deslocações dos empresários ao País. A primeira mercadoria preciosa à venda na Líbia é, desta forma, a «segurança». De que trata, entre outras, a empresa militar Britânica *Special Projects Ltd*: é dirigida por um ex-paraquedista que foi mercenário em Israel, no Iraque, no Afeganistão, no Paquistão, no Sudão e na Nigéria, assistido por dois ex-oficiais dos serviços de informação militar, forças especiais e forças anti-motim e anti-terrorismo.

A empresa, que anuncia a sua presença em Bengazi, Misrata e Trípoli desde Maio de 2011, abriu, numa luxuosa moradia na capital a 15 minutos do aeroporto, uma residência para VIP vigiada por mercenários Britânicos e Líbios sobre-armados, a que se associa



um centro de negócios, também na capital. A «tarifa» do táxi que os transporta desde o aeroporto é um pouco elevada, 800 dólares em vez dos habituais 5. Mas o veículo é um blindado pesado, ligado por satélite a um centro operacional em Trípoli e a outro no Reino Unido, ambos em ligação com o sistema de vigilância da NATO.

Em parceria com a empresa *Trango Limited*, especializada na assistência a empresas em zonas de alto risco, a *Special Projects* oferece, em particular às pequenas e médias empresas do ramo energético, uma gama completa de serviços: informações de todo o tipo (acompanhadas por fotografias e vídeos), livre trânsito de pessoas e bens sob escolta nas fronteiras com o Egito e a Tunísia, contactos pessoais no Conselho Nacional de Transição (CNT) para fechar negócios vantajosos. Serviços semelhantes são

também prestados pelas empresas estadunidenses *Resources Group* e *Security Contracting Network*, tal como diversas outras recentemente instaladas na Líbia. Os beneficiários são as empresas ocidentais, colocadas no terreno para sacar os contratos mais rentáveis antes da chegada dos chineses, e ainda o Departamento de Estado norte-americano e outros ministérios ocidentais, a troco das suas operações na Líbia, quer directas quer por via de organizações «sem fins lucrativos» pagas por eles.

O vazio deixado pelo derrube do Estado Líbio, sob a acção da NATO, fica assim preenchido por uma rede subterrânea de interesses e de poderes. E, em caso de reacções populares perigosas, o blindado da *Special Projects* permite chegar ao aeroporto rapidamente.

Manlio Dinucci (il manifesto) / MV

Guantánamo, dez anos depois

São 171 os detidos que ainda permanecem em Guantánamo. “A maioria deles, diz Victor Nogueira, da Amnistia Internacional, com uma situação indefinida, sem acusação nem julgamento. No limite, podem passar toda a vida presos. Foram detidos e transportados de forma ilegal, torturados e não têm acesso a justiça”. Só uma hipocrisia criminosa pode silenciar o que se passou nos últimos 10 anos com estes presos, a pretexto de que os EUA seriam uma democracia. Um regime que criou a prisão de Abu Ghraib, que construiu e mantém Guantánamo e que massacrrou centenas de milhares de pessoas no Iraque e no Afeganistão não pode ser um regime recomendável. Na campanha eleitoral para a presidência que agora começou, o tema de Guantánamo é passado em silêncio, num acordo tácito entre democratas e republicanos. Não é isto um sintoma de que muita da política de Bush criou raízes?

À bomba

Na Líbia (como no Iraque e no Afeganistão) a democracia é imposta à bomba. Na Europa usam a coacção financeira para a limitar e até para a proibir. Quando é que a *troika* vai dar ordem à NATO para bombardear os povos que não aceitam a escravidão moderna das brutais medidas de austeridade? **FB**

Os indignados de hoje

Por todo o mundo há manifestações de cidadãos indignados contra o impune e especulativo sistema financeiro e a globalização selvagem capitalista. Nenhum complexo político-policial e militar vai travar este movimento crescente. A indignação manifestada por milhões de cidadãos já não é uma esperança, é uma certeza. Os indignados de hoje serão os revolucionários de amanhã que vão criar um mundo novo e uma humanidade melhor. **FB**

A metade pobre dos EUA

Marx estava certo: aumenta o fosso entre os 99% e os 1%. O capitalismo não pode responder às necessidades humanas

Em Novembro último, o *New York Times* publicou os dados da pobreza nos EUA, baseados num novo método de cálculo, e avançou que 100 milhões viviam na pobreza, uma em cada três pessoas. O número foi chocante. No mês seguinte, a *Associated Press* revelou que 150 milhões – cerca de uma em cada duas pessoas – era pobre ou "quase pobre". Isto foi ainda mais chocante.

Os números foram baseados nos mesmos dados. A diferença é que o primeiro estudo contou todas as pessoas que vivem até 150% acima do nível de pobreza. O nível de pobreza oficial para uma família de quatro pessoas com dois filhos foi ajustado para um rendimento anual de 24.343 dólares. O segundo estudo incluiu pessoas que vivem até 200% acima do nível de pobreza e revelou que uma família de quatro pessoas, incluindo dois filhos, com um rendimento anual de 48.686 dólares ainda se debate com dificuldades e vive próxima da falência. O Gabinete de Censos apressou-se a "clarificar" a situação, declarando errada a discussão, uma vez que o governo não definiu "baixo rendimento" ou "quase pobre". Conseguiu assim retirar qualquer sentido à discussão e o seu rápido desaparecimento da comunicação social.

Independentemente dos números, o facto é que os salários reais têm vindo a cair nos últimos 30 anos enquanto os capitalistas introduzem nova tecnologia, aceleram ritmos de trabalho e forçam milhões de trabalhadores a horários a tempo parcial. Desde que a crise económica começou, em Agosto de 2007, os salários têm caído ainda mais drasticamente. Pelo menos 30 milhões estão desempregados ou subempregados. Milhões foram despejados das suas casas e os apoios governamentais estão a ser cortados até "ao osso".

A pobreza e o sofrimento são reais e crescentes; mesmo pelas

estatísticas oficiais, a pobreza nos EUA ascendeu em 2,6 milhões de pessoas entre 2009 e 2010.

A pobreza é inerente ao capitalismo. Durante uma crise económica com esta duração e severidade, a pobreza cresce mais profunda e amplamente.

Marx sobre os 1% e os 99%

Karl Marx, ao escrever em 1848 o Manifesto Comunista, antecipou a descrição dos 1% versus os 99%.

"Horrorizais-vos por querermos suprimir a propriedade privada. Mas na vossa sociedade, a propriedade privada está já abolida para nove décimos da população; ela existe para alguns precisamente pelo facto de não existir para nove décimos. Censurais-nos, portanto, por querermos suprimir uma forma de propriedade que é condição necessária para que a imensa maioria da sociedade não possua propriedade. Numa palavra, censurais-nos por querermos suprimir a vossa propriedade. É precisamente isso que queremos."

Marx escreveu durante as primeiras fases do capitalismo, antes de a vasta concentração de riqueza, que previu, ter alcançado as proporções do século XXI. Hoje apenas uma minúscula fracção dos 1%, os bilionários, controla realmente a riqueza.

Ao cabo de mais 20 anos de novos estudos do capitalismo, em 1867, Marx escreveu no "Capital" acerca da "Lei Geral da Acumulação Capitalista", descrevendo o papel da tecnologia na criação de pobreza e de um número sempre



crescente de trabalhadores desempregados, que designou como "o exército de reserva dos desempregados":

"Por fim, a lei que mantém o equilíbrio entre a relativa sobrepopulação, ou o exército de reserva industrial, e a ampliação e a vitalidade da acumulação aprisiona o trabalhador ao capital mais solidamente do que os grilhões de Vulcano aprisionaram Prometeu ao seu rochedo. Estabelece uma correlação entre a acumulação do capital e a acumulação da miséria. A acumulação da riqueza, num pólo é, ao mesmo tempo, acumulação da miséria, do sofrimento no trabalho, da escravatura, da ignorância, do embrutecimento, da degradação moral, no pólo oposto, isto é, no lado da classe que produz o próprio capital".

O sistema do lucro

Marx analisou a relação do trabalho com o capital. Mostrou que o sistema do lucro e da propriedade privada se fundamenta na venda da força de trabalho pelos trabalhadores aos seus empregadores, que a utilizam para aumentar o seu capital, os seus lucros e a sua riqueza pessoal.

Isto é tão verdadeiro hoje como o era em 1848 e 1867. As leis descritas por Marx produziram a crise económica mundial que estamos agora a viver. As leis do capitalismo, especialmente a procura, permanente e intrínseca, do lucro, conduzem a acelerações de ritmo de trabalho, baixos salários, sobreprodução e à destruição de empregos e de rendimentos para as massas.

Diferença crescente

A polarização da sociedade entre os 1% e os 99% é sistémica. E é o sistema que, a prazo, deve ser destruído.

O movimento *Occupy Wall Street* despertou diversos sectores da sociedade para a compreensão de que a pobreza, os empregos sem perspectivas, a luta pela sobrevivência, não são resultado de uma falha sua mas sim da falha do sistema. Legitimou e disseminou amplamente a oposição ao sistema, levando-nos a dar mais um passo para sermos capazes de nos livrarmos do 1% e estabelecermos o regime dos 99% – livrar-nos da autocrática classe capitalista dominante e estabelecer o regime democrático dos trabalhadores e dos oprimidos.

Fred Goldstein (WW) / MV

Cresce a vaga de lutas

Os anúncios de fim da crise e de retoma económica estão a revelar-se como uma burla mais cedo do que se esperaria. A virtude da austeridade mostra ser apenas a de reclamar mais austeridade. Os resultados estão à vista, escassos dias depois da aprovação do Orçamento do Estado: mais défice que servirá para justificar mais medidas punitivas dos trabalhadores. Só uma resposta pode trazer resultados úteis: a luta de todos os sectores atingidos.

Nos últimos dias, mais notícias de despedimentos mostram que nada vem a favor dos trabalhadores: a construtora Soares da Costa viu aprovado pelo governo um pedido de despedimento colectivo que pode atingir mil trabalhadores (num sector que tem já 90 mil desempregados e pode ter a breve trecho mais 30 mil); a Salvador Caetano anda a mandar cartas aos trabalhadores para rescindirem contratos (depois de ter anunciado parcerias de negócios com a China); a Cerâmica Valadares queixa-se de falta de investimento e faz pagar a factura aos 420 trabalhadores a quem não paga desde Novembro. Acumular forças para travar a ofensiva só se conseguirá com lutas sucessivas, cada vez mais unidas e menos condescendentes com os argumentos dos patrões e do poder.

Cerâmica Valadares: salários em atraso

A Fábrica de Cerâmica Valadares, em Gaia, só no início de Janeiro acabou de pagar os salários em atraso desde Novembro. Os de 420 trabalhadores continuam sem os salários de Dezembro e sem subsídio de Natal.

A empresa queixa-se de não ter crédito bancário nem investidores interessados, apesar de ter encomendas de “milhões de euros”, nomeadamente de vários mercados externos para onde exporta (Europa, Dubai, Arábia Saudita, Austrália, Coreia). Mas, enquanto o crédito e os investidores não vêm, são os trabalhadores que pagam a factura na forma de salários atrasados.

Um representante sindical informou que a empresa mandou de férias no início do ano os trabalhadores da produção, a maioria, mantendo em laboração apenas os funcionários do armazém, com o argumento de que não há trabalho – para além das vendas dos artigos em armazém, como é bom de ver.

A comissão de trabalhadores da FCV mantém contactos com a Câmara de Gaia e com a administração da empresa. De acordo com um sindicalista, se o vencimento de Dezembro e o subsídio de Natal não forem pagos, os trabalhadores entrarão em greve e farão uma marcha até à Câmara de Gaia.

A autarquia considera que o encerramento da empresa seria um desastre social para o concelho.

Portuários: 5 dias de greve

Os trabalhadores de vários portos iniciaram à meia-noite de dia 8 uma greve de cinco dias, em apoio dos 61 colegas do porto de Aveiro que estão ameaçados de despedimento, uma vez que a Empresa de Trabalho Portuário de Aveiro declarou



insolvência pelas mesmas razões de sempre: “dificuldades financeiras”. Nenhum serviços mínimos serão assegurados.

Os patrões de várias das empresas atingidas pela greve e os administradores portuários vieram logo falar “dos prejuízos de dezenas de milhões de euros” causados pela paralisação. Este argumento tem-se multiplicado em relação às lutas que têm sido levadas a cabo nas últimas semanas – trata-se de mais uma versão do processo de coacção exercido sobre os trabalhadores quando eles se decidem a defender direitos.

Patrões e governo não só aplicam como bem querem as medidas de austeridade como ainda pretendem que as vítimas as aceitem sem resposta. A greve dos portuários não só representa uma acção de resistência contra essas medidas como leva a cabo uma importante missão dos sindicatos: a solidariedade e o apoio mútuo entre os trabalhadores.

O pré-aviso de greve, apresentado pela Confederação dos Sindicatos Marítimos e Portuários (Fesmarpor), abrange os trabalhadores dos portos de Viana do Castelo, de Aveiro, da Figueira da Foz, de Lisboa, de Setúbal, de Sines e do Caniçal (Madeira).

Outras empresas de trabalho portuário (ETP) podem vir a seguir o exemplo da de Aveiro. A lei que rege as ETP assegura que a contratação de mão de obra seja feita através delas, com a participação dos sindicatos. O governo está a preparar alterações à legislação que põem em causa o papel das ETP e portanto dos sindicatos. É esse também o sentido da greve nacional desencadeada pela Fesmarpor, que representa cerca de 600 trabalhadores dos portos de todo o país.

Manuel Raposo

CGTP convoca manifestação para 11 de Fevereiro

A CGTP anunciou que vai convocar uma manifestação nacional, a realizar em Lisboa, para o dia 11 de Fevereiro. Sob o lema “contra o medo e a resignação”, a manifestação tem por objectivo protestar contra o aumento do horário de trabalho, a carestia, o desemprego e os cortes nos salários.

Transportes: greve a 2 de Fevereiro

Os sindicatos das empresas de transportes e comunicações marcaram para 2 de Fevereiro um dia de luta com greves nos dois sectores. Em causa está a reestruturação do sector dos transportes que o governo quer levar a cabo e que visa reduzir tanto os serviços como o número de trabalhadores.

Mais de um milhão de desempregados

A política da *troika*, seguida pelo governo PSD/CDS (e apoiada pelo PS), no sentido de “tranquilizar os credores”, está a fazer disparar o desemprego. Segundo o economista Eugénio Rosa, a taxa oficial, no 3.º trimestre deste ano, subiu para 12,4% (dados do INE). Ora, somando a este desemprego oficial os “inactivos disponíveis” e o “subemprego visível” (também dados do INE), obtemos uma taxa de desemprego real da ordem dos 18%, verificando-se assim, actualmente, que há mais de um milhão de trabalhadores efectivamente desempregados.

DITO

A desigualdade não é um simples efeito lateral do capitalismo. Uma economia capitalista não pode operar sem ela.

H W Brands, historiador norte-americano (in American Colossus)